

COMO ANDA A POBREZA NA BAHIA? O SÉCULO XXI VISTO DE PERTO

Fabício Rios Nascimento Santos¹

RESUMO

O presente artigo analisa a recente evolução da pobreza na Bahia, ao tempo que trata da desigualdade de renda, uma vez que está diretamente relacionada à sua manutenção, e de outras questões concernentes ao bem estar da população. Por meio da análise descritiva, ficou comprovado que houve uma redução significativa no número de pobres, creditando este abrandamento em especial, ao Programa Bolsa Família. Quanto à desigualdade de renda, a redução não foi tão robusta quanto ao da pobreza, mesmo com a renda domiciliar *per capita* aumentando 85%. Portanto, ficou evidenciado que a desigualdade de renda é mais difícil de combater do que a pobreza.

Palavras-chave: Pobreza; Desigualdade de renda; Bahia.

HOW IS POVERTY IN BAHIA? THE 21ST CENTURY UP CLOSE

ABSTRACT

This paper analyzes the recent poverty evolution in Bahia, while considers the income inequality, once it is directly related to its maintenance, and other issues concerning to the population welfare. Through descriptive analysis had been proven that there was a significant reduction on the number of the poor, crediting this slowdown, in particular, to the Bolsa Familia program. Regarding to income inequality, the reduction was not as robust as that in the poverty, even with the per capita household income increasing 85%. Therefore, it becomes evident that income inequality is more difficult to settle than poverty.

Keywords: Poverty; Income inequality; Bahia.

JEL: I32

1 INTRODUÇÃO

Dentre os nove estados que compõe a região Nordeste, a Bahia apresenta a maior representatividade político-econômica. Uma das credenciais para concessão deste posto deve-se ao seu Produto Interno Bruto (PIB)², cuja participação em relação ao da região é de aproximadamente 31%. Além disto, detém a maior extensão territorial, a maior população, o maior número de municípios, além de ser o estado que mais recebe turistas na região.

Entretanto, apesar das características supracitadas, a Bahia padece de sérios problemas socioeconômicos. Nas duas últimas décadas³ do século passado o estado apresentou taxas média de pobreza e indigência (extrema pobreza) de

¹ Mestre em Economia Aplicada pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas (FEAC/UFAL). Professor Assistente da UFAL/Campus Sertão/Unidade de Santana do Ipanema.fabriciorios@hotmail.com

² PIB estadual a preços de mercado corrente – R\$ (mil).

³ De 1981 a 1999.

aproximadamente 63% e 33%, que correspondem a 7 e 3,6 milhões de pessoas vivendo sob condições subumanas, respectivamente. Este período também foi caracterizado pela elevação da concentração de renda em 3,91% - medido pelo coeficiente de Gini, mesmo com a renda domiciliar *per capita*⁴ obtendo um crescimento de 6,25%.

Neste contexto, o artigo se debruça sobre o corrente século com intento de verificar se este comportamento ainda perdura ou foi alterado rumo a um desenvolvimento com equidade socioeconômica. Para tal, utilizam-se os dados coletados no *site* do IPEADATA e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), entre 2001 e 2013. Os dados trazem informações relativas à pobreza, indigência, desigualdade de renda (coeficiente de Gini), renda domiciliar *per capita* e o Programa Bolsa Família (PBF). Sempre que pertinente, faz um comparativo da Bahia com os demais estados nordestinos e o Nordeste.

Além desta introdução, o artigo está dividido em mais quatro seções. Na próxima seção é feita uma revisão conceitual sobre pobreza. Em seguida, aborda-se sobre o principal programa do governo federal de combate à pobreza: PBF. Na terceira seção, apresenta-se a análise descritiva dos dados. Por fim, a última é destinada as Considerações Finais.

2 A POBREZA E SUAS INTERPRETAÇÕES

A difusão do conceito de pobreza remete a entendê-la, ao menos a priori, como privação das condições necessárias para viver com dignidade em função da insuficiência de renda. E por décadas, foi assim interpretada! A base para tal entendimento encontra-se na utilização da renda das famílias como *proxy* do seu nível de bem-estar, uma vez que reflete o atendimento de suas necessidades básicas. Por conseguinte, apresentará outras dimensões.

Conforme Kageyama e Hoffmann (2006), a pobreza pode ser absoluta, relativa ou subjetiva. A absoluta ocorre quando o rendimento encontra-se abaixo do mínimo definido, a relativa é ter menos do que outros na sociedade e a subjetiva é quando o indivíduo considera que não tem o suficiente para seguir em frente.

Além dos conceitos abordados, Tejada et al. (2007) comenta sobre a pobreza temporária e a crônica. A primeira ocorre em virtude de choques econômicos

⁴ Em R\$ de 2012.

negativos (tal como seca prolongada) que conduzem os indivíduos a uma situação de pobreza efêmera; enquanto a segunda está interconectado com a insuficiência de alimentos para a sustentação do organismo e para o desempenho das atividades cotidianas⁵.

Para mensurar e definir se o que está avaliando encontra-se ou não em tal situação, foi instituído um parâmetro, denominado linha de pobreza. Atualmente definida em R\$ 154,00 *per capita* por mês. Indivíduos que auferem rendimentos inferiores a esta rubrica, são considerados pobres. Corresponde ao dobro da linha de indigência (R\$ 77,00 *per capita* por mês), sendo indigentes os que (sobre)vivem com recursos abaixo desta (FALCÃO; COSTA, 2014).

Discorrendo sobre as linhas de pobreza e indigência no Brasil, Rocha (2006) informa que são pobres os indivíduos cuja renda familiar ou domiciliar⁶ *per capita* é incapaz de atender a todas as necessidades básicas (alimentação, lazer, habitação, transporte, saúde, educação, etc.) enquanto indigentes são aqueles cuja renda é insuficiente para adquirir a cesta alimentar que permite atender as necessidades nutricionais, ou seja, atender tão-somente as necessidades básicas de alimentação.

A visão unidimensional da pobreza foi suplantada em 1993, quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em seu primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano apresenta ao mundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que pondera a pobreza em outras dimensões além da renda, como a expectativa de vida ao nascer e a taxa de escolarização. A partir de então, a pobreza é interpretada como um fenômeno de múltiplas carências, isto é, um fenômeno multidimensional.

Diversos estudos (BARROS; MENDONÇA, 1995; BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 1999, 2001; IPEA, 2006; ROCHA, 2000a) demonstram que o Brasil é um país com muitos pobres e não um país pobre, e por sua vez esta pobreza encontra-se alicerçada na desigualdade de distribuição de renda e não na escassez de recursos, a qual vem passando e sobrevivendo há décadas com certa intensidade e estabilidade, afligindo e excluindo socioeconomicamente uma parte significativa da população brasileira.

⁵ O conceito de pobreza crônica é similar ao de indigência, como poderá ser visto adiante.

⁶ Segundo, Rocha (2006, p. 282) "é a repartição solidária dos rendimentos de todas as origens (trabalho, aposentadorias, pensões, doações, transferências, aluguéis, juros, etc) recebidos por todos os membros da família ou do domicílio".

Sempre existiu a concepção de que se houvesse crescimento econômico haveria redução da pobreza, e com base nesse entendimento as políticas públicas eram delineadas. Mas, as experiências comprovaram que a pobreza é mais sensível a uma divisão equitativa dos recursos. Alguns estudos (BARROS; CAMARGO, 1994, BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, 2001, KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006 e ROCHA, 2000a) demonstram que até 1980 o Brasil apresentou elevadas taxas de crescimento do produto que proporcionou uma queda significativa na pobreza absoluta, todavia ficou aquém do que poderia ser alcançado se tivesse ocorrido uma melhor distribuição da renda já que o período de 1970-80 foi altamente concentrador.

A combinação do elevado nível de desigualdade e o alto PIB *per capita* brasileiro é providencial para a formulação de políticas redistributivas. Portanto, essa culminante desigualdade pode ser reduzida por meio de políticas de transferência de renda, medida essa, que não pode ser adotada nos países que apesar de serem extremamente pobres são igualitários, cuja erradicação da pobreza só pode vir através do crescimento do produto. Dessa forma, a implementação de políticas estruturais indutoras de um reforço do portfólio de ativos dos pobres é um forte aliado para mitigar o nível de pobreza, aumentando o bem-estar social. A melhoria do bem-estar se dá em primeiro momento literalmente pela posse dos ativos, em segundo, pela remuneração que estes por sua vez venham proporcionar e por fim, atenua possíveis mudanças adversas na renda, salienta Neri (2000, 2006).

A forma de acesso dos cidadãos ao mercado de trabalho caracteriza-se como fator determinante para impedir a pobreza, pois os rendimentos provenientes do trabalho constituem-se a maneira imediata e permanente de atendimento as suas necessidades. Segundo Rocha (2006), apesar da contribuição dos programas previdenciários e assistenciais, foi à expansão do mercado de trabalho fator determinante para o aumento da renda das famílias, levando a redução da pobreza e da indigência no período de 2003 e 2004.

Desse modo, outro determinante do nível de pobreza, segundo Barros, Corseuil e Leite (2000), é a subutilização e sub-remuneração dos recursos humanos⁷, pois quando não há eficiência alocativa dos recursos humanos

⁷ A subutilização e sub-remuneração dos recursos humanos ocorre em virtude da ineficiência do mercado de trabalho o qual se apresenta de três formas diferentes: desemprego, subemprego ou segmentação e discriminação. Para maiores detalhes, ver Barros, Corseuil e Leite (2000).

disponíveis para atividade econômica e uma remuneração condizente com uma situação de bem-estar, conseqüentemente maior será a pobreza, uma evidência de que ela é afetada pelo funcionamento do mercado de trabalho, já que a alocação e remuneração dos recursos humanos disponíveis dependem em grande parte dele.

Analisando a pobreza no nordeste na década de 1990, Rocha (2003) chega à conclusão de que os pobres desta região obtiveram melhorias relativas no que tange ao acesso aos serviços públicos básicos (água canalizada, saneamento básico, eletricidade, coleta de lixo, etc.) os quais tem operado no sentido de melhorar o bem-estar, porém já em relação à renda sua situação desfavorável não se alterou o que possivelmente se vincula à manutenção do descompasso regional em relação ao sistema produtivo.

Para mudar este *status quo* o governo federal vem utilizando as transferências de renda como mecanismo de combate à pobreza e a desigualdade de renda no país. Pode-se dizer que estes programas foram delineados majoritariamente como estratégia de redução da pobreza. Por conseguinte, abordará de maneira sucinta seu principal programa: PBF.

3 PBF: UM BREVE HISTÓRICO

No Brasil, os programas federais de transferências de renda focados aos pobres datam desde a década de setenta, mas em virtude da pouca visibilidade e cobertura limitada passavam despercebidos (ROCHA, 2011). Foi no final do século XX que estes ganharam perceptividade. Mas, sua notoriedade perante a população principiou as portas do século XXI quando foi constituído PBF. O PBF tornou-se o carro-chefe da política social do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Sua formação se deu através da unificação dos quatro principais programas de transferência de renda preexistentes, implantados no Governo Fernando Henrique Cardoso, a saber: Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – Bolsa Escola, Programa Nacional de acesso à alimentação – Cartão Alimentação, Programa Auxílio-Gás e Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação⁸.

⁸ Mais tarde houve a integração entre o PBF e o Programa de Erradicação do trabalho Infantil – PETI. A legislação que dispõe sobre esta integração é a Portaria n.º 666, de 28 de dezembro de 2005 e Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS n.º 01, de 14 de março de 2006.

Foi instituído em outubro de 2003 por meio da Medida Provisória 132, posteriormente convertida em Lei (Lei 10.836/2004) e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004. É um programa de transferência direta de renda com condicionalidades⁹ que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Para fazer jus ao benefício às famílias precisam comprometer-se a cumprir algumas demandas nas áreas da Educação, Saúde e Assistência Social (BRASIL. MDS, 2015).

Ao verificar sua evolução a partir da Tabela 1, observa-se que em 11 anos, o investimento no programa aumentou aproximadamente 747%. No ano de sua criação, o programa recebeu R\$ 3,2 bilhões e atendia 3,6 milhões de famílias. Em 2014, o governo federal investiu R\$ 27,1 bilhões, beneficiando 14 milhões de famílias, cerca de 56 milhões de pessoas. O volume de recursos cresceu em média 22% a.a.

Tabela 1 – Evolução do PBF

Ano	Famílias Atendidas (em milhões)	Volume de Recursos (em R\$ bilhões)
2003	3,6	3,2
2004	6,6	5,5
2005	8,7	6,8
2006	11,1	8,1
2007	11,1	9,3
2008	11,1	10,8
2009	12,4	12,4
2010	12,9	14,3
2011	13,4	17,2
2012	13,7	20,2
2013	14	24,8
2014	14	27,1

Fonte: Autor, 2015. Elaborado a partir de dados do Portal da Transparência e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Atualmente, o PBF é constituído de 6 benefícios¹⁰, conforme é visualizado na Tabela 2. Fazendo uma análise cronológica da inclusão destes ao programa, observa-se que em 2003, eram apenas dois: Básico e Variável de 0 a 15 anos. Após 5 anos, o governo federal incluiu outro, o Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ). Em 2011, houve a instituição de mais dois, Variável à Gestante (BVG) e Variável

⁹ Para maior detalhamento das condicionalidades, acessar o *site*: http://www.mds.gov.br/bolsa_familia/condicionalidades.

¹⁰ Para detalhamento das regras necessárias para fazer jus aos benefícios, acessar: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios/composicao-de-valores>.

Nutriz (BVN). No ano seguinte, o programa foi contemplado com mais um, o Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP). Desde então, o programa apresenta este formato.

O benefício que apresentou maior reajuste foi o Variável de 0 a 15 anos, com 133,33%, seguido do Básico, BVJ, BVG e BVN; que tiveram 54%, 40%, 9,38% e 9,38%, respectivamente.

Tabela 2 – Composição de Valores dos Benefícios do PBF

BENEFÍCIO	VALOR (R\$)				
	2003*	2008*	2011*	2012*	2014*
Básico	50,00	58,00	70,00	70,00	77,00
Benefício Variável de 0 a 15 anos	15,00	18,00	32,00	32,00	35,00
Benefício Variável à Gestante (BVG)	-	-	32,00	32,00	35,00
Benefício Variável Nutriz (BVN)	-	-	32,00	32,00	35,00
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ)	-	30,00	38,00	38,00	42,00
Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP)	-	-	-	Caso a caso	Caso a caso

Fonte: Autor, 2015. Elaborado a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Nota: * Os anos selecionados levam em consideração a inserção dos benefícios ao programa, assim como sua criação e último reajuste.

Para Campello e Schwarzer (2015), o PBF é instrumento basilar no combate à pobreza e exclusão social no Brasil. Segundo os autores, até 2014, mais de 3,1 milhões de pessoas deixaram o programa, o que significa superação da condição de pobreza. Também relata que o programa retirou da extrema pobreza mais de 36 milhões de brasileiros.

4 ANÁLISE DESCRITIVA

Ao observar a tabela 3, percebe-se que nos três primeiros anos do século XXI houve um aumento no número de pessoas pobres e indigentes num percentual de 5,55% e 4,31%, respectivamente. Resultado que dá continuidade ao comportamento presenciado na década de 80 e 90, porém em menor magnitude, já que neste período houve um aumento de ambos em torno de 27% e 37%.

Perante estas informações verifica-se uma constante piora das condições socioeconômicas da população. Mas, a partir de 2004 começa haver uma redução nestes números, indicando um desenvolvimento mais justo, pelo menos do que diz

respeito ao atendimento as necessidades básicas de alimentação, uma vez que, a linha de pobreza¹¹ aqui utilizada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Credita-se esta expressiva diminuição, em especial, ao programa do governo federal de transferência direta de renda, o PBF. Todavia, é importante ressaltar a vinculação de outras transferências de renda ao salário mínimo, como o Benefício de Prestação Continuada. Aliado a estes, tem também a expansão do mercado de trabalho e a política de valorização do salário mínimo.

Tabela 3 – Evolução da Pobreza e Indigência na Bahia, 2001-2013

	POBREZA	INDIGÊNCIA (Extrema Pobreza)
ANO	Número de pobres (milhões)	Número de indigentes (milhões)
2001	7.755.433	3.988.479
2002	7.877.412	3.916.559
2003	8.185.687	4.160.184
2001-03	5,55%	4,31%
2004	7.560.631	3.378.609
2005	7.185.802	3.015.281
2006	6.446.923	2.547.395
2007	6.414.495	2.406.856
2008	5.787.079	2.179.443
2009	5.516.885	2.037.599
2011	4.604.033	1.843.061
2012	4.446.140	1.623.380
2013	4.002.387	1.497.727
2004-13	-47,06%	-55,67%
2001-13	-48,39%	-62,45%

Fonte: Autor, 2015. Elaborado a partir de dados do IPEADATA.

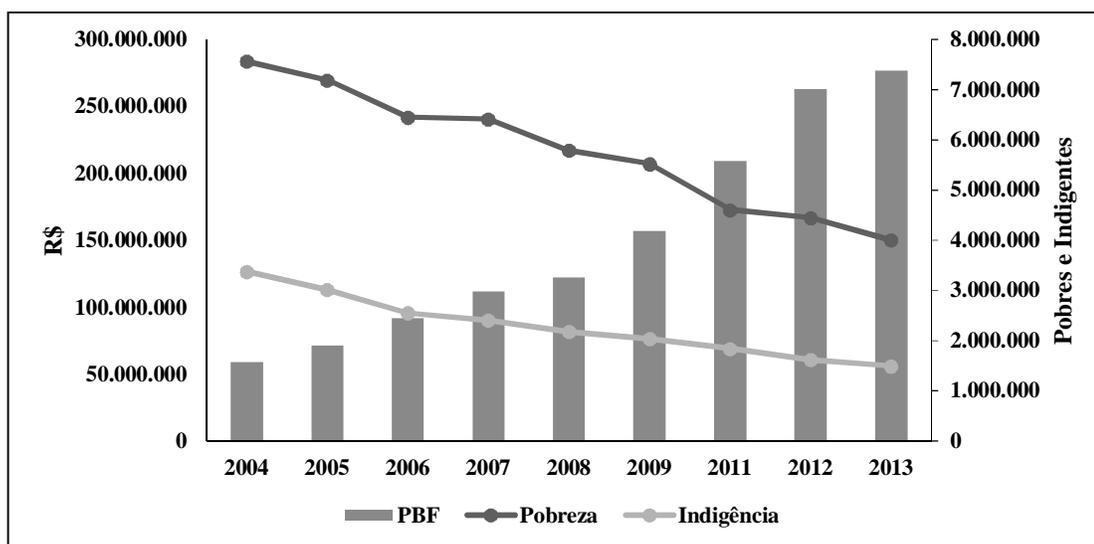
Como visto anteriormente o Brasil é um país como muitos pobres, e para abrandar tal situação em todo território nacional o governo vem utilizando com destaque, o PBF. A sua real pujança como política de combate à pobreza e a

¹¹ Atualmente definida em R\$ 154,00 *per capita* por mês. Indivíduos que auferem rendimentos inferiores a esta rubrica, são considerados pobres. Corresponde ao dobro da linha de extrema pobreza (R\$ 77,00 *per capita* por mês), sendo indigentes os que (sobre)vivem com recursos abaixo desta.

desigualdade de renda têm suscitado inúmeros debates tanto na academia como no meio político (SILVA, 2006, 2007; SOARES et al., 2006).

A nível Brasil estudos apontam que o PBF tem contribuído na redução tanto da pobreza/indigência quanto da desigualdade de renda (HOFFMANN, 2006; ROCHA, 2011 e SILVA; SOUSA JUNIOR, 2012). Ao fazer um recorte local, para retratar apenas a realidade do Estado da Bahia, observa-se consonância nos resultados com o do Brasil. Porém, é importante ressaltar que o programa mostrou-se mais eficaz no combate à pobreza e indigência, já que ambas reduziram *pari passu* com o aumento do valor injetado do PBF. Como pode ser visto no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Relação entre Pobreza, Indigência e PBF na Bahia, 2004-2013



Fonte: Autor, 2015. Elaborado a partir de dados do IPEADATA e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

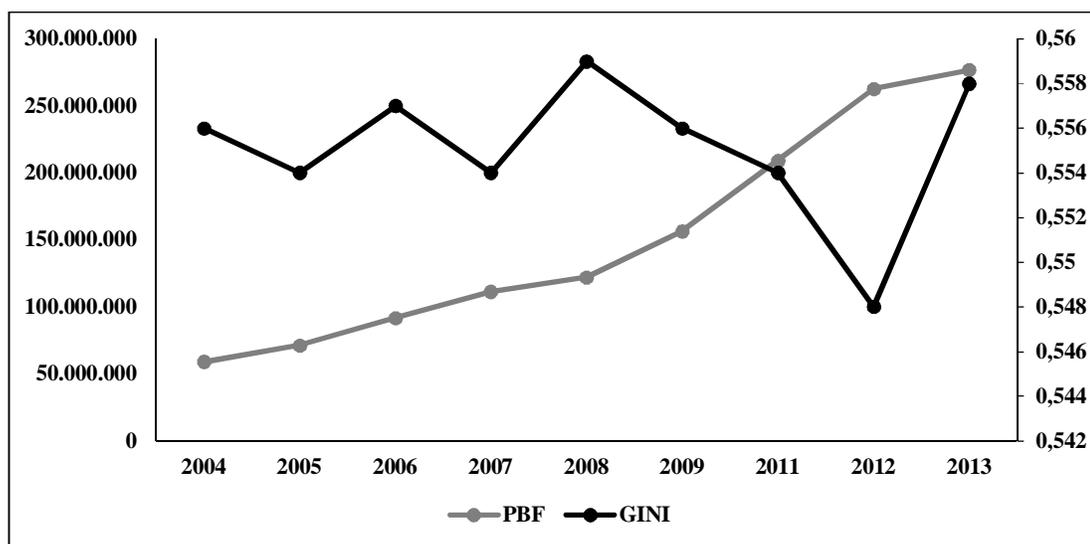
Nota: A série PBF apresenta o valor nominal total das transferências do programa em dezembro de cada ano.

Até 2008 a desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini¹² apresentou comportamento intermitente, o que em certa medida conduz a acreditar que famílias que não se enquadravam aos critérios de elegibilidade recebiam o benefício ou que famílias abastadas obtiveram ganho real bem acima do valor transferido as classes pobres, não permitindo assim, sua redução de forma

¹² Mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar *per capita* entre os indivíduos. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

ininterrupta. Mas, em seguida, passou apresentar uma redução contínua, sendo interrompida em 2013. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), com base em sua Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) de 2013, a explicação para o aumento da desigualdade de renda em 2013, deve-se ao fato da renda média ter aumentado mais no topo do que na base da pirâmide social. (Gráfico 2)

Gráfico 2 – Relação entre o Coeficiente de Gini e PBF na Bahia, 2004-2013

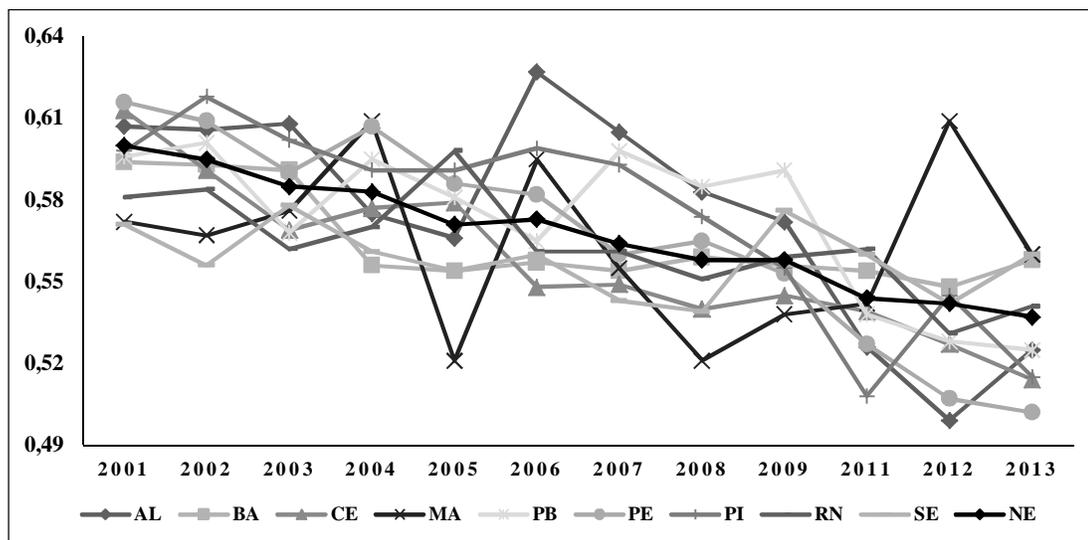


Fonte: Autor, 2015. Elaborado a partir de dados do IPEADATA e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Nota: A série PBF apresenta o valor nominal total das transferências do programa em dezembro de cada ano.

Examinado a partir do Gráfico 3 a evolução da desigualdade de renda dos estados nordestinos e Nordeste, verifica-se que apesar da maioria demonstrarem um comportamento intermitente no decorrer do período, todos apresentaram progresso na redução deste problema. O resultado alcançado pela Bahia (-6,06%) foi superior somente ao do Maranhão (-2,10%) e Sergipe (-1,93%). Quanto ao Nordeste, o declínio foi de 10,50%. Sendo superior ao alcançado pela Bahia.

Gráfico 3 – Evolução da Desigualdade de Renda dos Estados Nordestinos e Nordeste (coeficiente de Gini), 2001-2013



Fonte: Autor, 2015. Elaborado a partir de dados do IPEADATA.

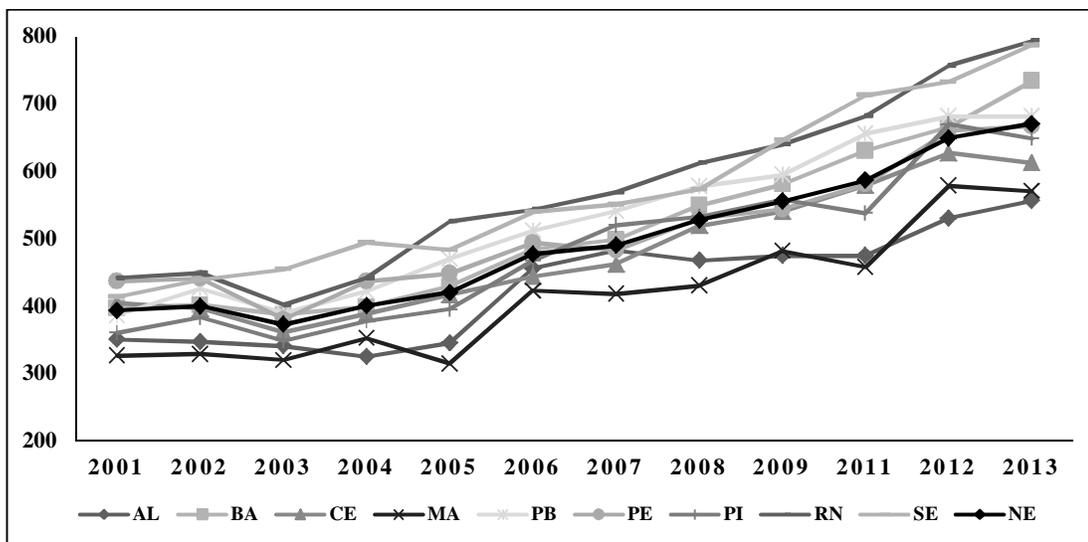
É sabido que a desigualdade de renda é mais sensível ao desenvolvimento do que ao crescimento econômico, pois não adianta haver crescimento se não existir uma distribuição justa da riqueza produzida. Dessa forma, ao observar o Gráfico 4, verifica-se que durante o período a renda domiciliar *per capita* média dos estados – que reflete a renda média mensal da população –, teve ganhos significativos, indicando melhorias na qualidade de vida da população e sob a condição *ceteris paribus* explica a queda do coeficiente de Gini; já que existe outras causas que por certo tenha contribuído para tal feito. O que consequentemente refletiu na queda da pobreza e indigência, uma vez que, sua principal causa é a concentração de renda.

Esta constatação é corroborada por Hoffmann (2006, p.56), que ao analisar o efeito das transferências de renda sobre a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997-2004 verificou “que no Nordeste as transferências de renda são o principal determinante da redução da desigualdade da distribuição do rendimento domiciliar *per capita*...”

A Bahia apresentou o segundo maior aumento (84,99%) da região Nordeste, ficando apenas atrás de Sergipe (90,50%). Em relação ao Nordeste a diferença foi 14,58 pontos percentuais a favor da Bahia. É importante ressaltar, que mesmo com esse expressivo ganho de renda domiciliar, a Bahia ocupa a sétima posição no que

tange a redução da concentração de renda, existindo aí um descompasso. O que conduz a ultimar que o combate à desigualdade de renda neste estado perpassa somente o aumento da renda domiciliar *per capita* média, precisando de um estudo pormenor de suas características idiossincráticas.

Gráfico 4 – Renda Domiciliar *per capita* dos Estados Nordestinos e Nordeste, 2001-2013



Fonte: Autor, 2015. Elaborado a partir de dados do IPEADATA.

Nota: R\$ outubro de 2013.

Mesmo com a redução da pobreza e indigência em 48,39% e 62,45%, respectivamente, a Bahia continua sendo o estado com o maior número de pessoas vivendo nessas condições na região, participando em média com 26,33% e 25,53% da pobreza e indigência nordestina. Conforme as Tabelas 4 e 5, que mostram a participação dos estados em relação ao Nordeste quanto ao número de pobres e indigentes, respectivamente, verifica-se expressivas alterações no que tange ao ordenamento de alguns estados.

Alagoas, Ceará e Maranhão aumentaram suas participações em relação a pobreza nordestina, ao ponto de piorar suas posições. Enquanto Paraíba e Pernambuco apresentaram declínio de modo a melhorá-las. Os demais alcançaram avanços, mas não o suficiente para haver alterações de ordem (Tabela 4). Comportamento análogo é deparado na Tabela 5, com exceção para Alagoas e Ceará. O primeiro piorou de posição mesmo reduzindo sua participação. Isto deve-se ao fato dos demais estados apresentarem reduções maiores. Enquanto o segundo, apesar de aumentar sua participação, manteve-se na mesma posição.

Tabela 4 – Participação no número de pobres no Nordeste, segundo estados – 2001 e 2013

Estados	2001		2013		Desvio
	Part.(%)	Ordem	Part.(%)	Ordem	2013-2001
AL	6.56	(6)	7.18	(5)	0.62
BA	26.72	(1)	25.92	(1)	-0.80
CE	14.98	(3)	15.43	(2)	0.45
MA	13.04	(4)	15.43	(3)	2.39
PB	7.49	(5)	6.72	(6)	-0.77
PE	16.55	(2)	15.41	(4)	-1.14
PI	5.96	(7)	5.65	(7)	-0.31
RN	5.29	(8)	4.93	(8)	-0.36
SE	3.41	(9)	3.33	(9)	-0.08
NE	100	-	100	-	-

Fonte: Autor, 2015. Elaborado a partir de dados do IPEADATA.

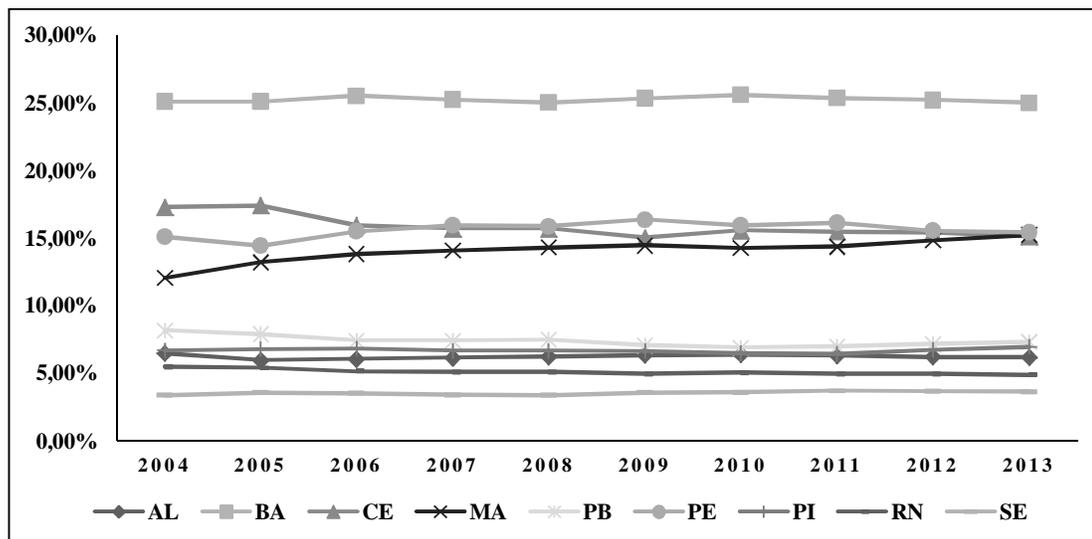
Tabela 5 – Participação no número de indigentes no Nordeste, segundo estados – 2001- 2013

Estados	2001		2013		Desvio
	Part.(%)	Ordem	Part.(%)	Ordem	2013 - 2001
AL	6.99	(6)	6.95	(5)	-0.04
BA	26.42	(1)	25.56	(1)	-0.86
CE	14.92	(3)	15.83	(3)	0.91
MA	13.64	(4)	20.05	(2)	6.41
PB	7.13	(5)	5.46	(6)	-1.67
PE	16.48	(2)	14.64	(4)	-1.84
PI	6.38	(7)	4.96	(7)	-1.42
RN	4.82	(8)	4.26	(8)	-0.56
SE	3.21	(9)	2.30	(9)	-0.91
NE	100	-	100	-	-

Fonte: Autor, 2015. Elaborado a partir de dados do IPEADATA.

A distribuição dos recursos via PBF apresenta relação direta com a participação dos estados em relação à pobreza regional, já que o intento do governo federal é mitigar o bolsão de pobreza local (regional) com o objetivo de reequilibrar as diferenças interestaduais (regionais). Conforme é visualizado no Gráfico 5, a Bahia recebe em média 25,28% dos recursos, montante que corresponde a sua participação na pobreza regional, que é de 26,33%. Esta mesma relação é constatada nos demais estados.

Gráfico 5 – Participação dos estados em relação ao Nordeste: Programa Bolsa Família, 2004-2013



Fonte: Autor, 2015. Elaborado a partir de dados do IPEADATA e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Analisando a partir da Tabela 6 a taxa de pobreza e indigência do Nordeste e seus estados – que é o percentual de pessoas na população total com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza e extrema pobreza, respectivamente –, percebe-se que houve uma queda generalizada. Porém, as reduções presenciadas na Bahia só foram superiores às de Alagoas, Ceará e Maranhão. Também foram maiores que a do Nordeste.

Tabela 6 – Taxa de pobreza e indigência do Nordeste e de seus estados (%), 2001 – 2013

UF	POBREZA			INDIGÊNCIA		
	2001	2013	Δ	2001	2013	Δ
AL	64,8	34,7	-46,50	35,9	12,7	-64,54
BA	59,1	27,9	-52,87	30,4	10,4	-65,70
CE	57,5	28,3	-50,82	29,8	11	-63,04
MA	64,4	36,6	-43,22	35,0	18	-48,53
PB	62,2	26,9	-56,76	30,8	8,3	-73,09
PE	60,0	27,4	-54,38	31,1	9,87	-68,23
PI	61,0	27,6	-54,67	34,0	9,21	-72,88
RN	53,5	23,6	-55,97	25,4	7,73	-69,51
SE	54,6	24,1	-55,94	26,7	6,3	-76,43
NE	59,8	28,8	-51,82	31,1	10,9	-64,85

Fonte: Autor, 2015. Elaborado a partir de dados do IPEADATA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados coletados ficou evidenciado que a incidência de pobreza, indigência e concentração de renda declinou no decorrer do século XXI. Comportamento este, assistido não só na Bahia, como em todos estados nordestinos.

Este declínio deve-se em grande parte as políticas de transferências de renda, em particular o PBF. Caso não houvesse essas transferências, por certo, a desigualdade de renda e conseqüentemente a pobreza/indigência teriam crescidos. No entanto, o governo vem utilizando concomitantemente outros programas sociais, como o microcrédito. Cabe lembrar que o PIB Estadual *per capita* cresceu aproximadamente 31% (de 2001-2011), o que em certa medida veio contribuir para tal feito.

É notório o progresso relativo ao bem-estar de milhares de famílias pobres baianas, ao menos no que diz respeito à insuficiência de renda capaz de comprar uma cesta de alimentos para suprimento das necessidades nutricionais. Apesar desta redução a Bahia ainda detém a primeira posição no que tange à participação de pessoas pobres e indigentes em relação ao Nordeste. São 4 e 1.5 milhões pessoas vivendo nestas condições, respectivamente. Além disso, tem a quarta maior taxa de pobreza e indigência do Nordeste. Em respeito à desigualdade de renda, apresenta o terceiro maior índice, ficando atrás apenas do Maranhão e Ceará. Também supera os do Nordeste e Brasil.

Portanto, para que haja uma atenuação sustentada e contínua destes problemas é preciso unir crescimento econômico com distribuição equânime dos recursos. Deve-se focar num crescimento conjugado a políticas de emprego e renda, pois os rendimentos provenientes do trabalho se constituem a maneira imediata e permanente de atendimento às necessidades. Além de ser a principal renda associada à queda da desigualdade, como demonstra Cacciamali; Camillo (2009), Castro Neto (2009), Hoffmann (2006) e Soares (2006).

Por fim, ressalta-se que a melhoria alcançada diz respeito única e exclusivamente à alimentação, o que responde apenas uma dimensão da pobreza. Por se tratar de um fenômeno de múltiplas carências, ainda está longe a sua erradicação. Logo, este aumento na renda mostra tão somente a sua suavização e não superação.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de; CAMARGO, José Márcio. **Porca Miséria II** – As causas da pobreza no Brasil. PUC – Rio, Texto para discussão, n. 320. Rio de Janeiro, 1994. 29p.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. IPEA, Texto para discussão, n. 377. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. 62 p.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. O combate à pobreza no Brasil: dilemas entre políticas de crescimento e políticas de redução da desigualdade. In: HENRIQUES, R. (Org.). In: SEMINÁRIO DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL, 1999, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IPEA, ago. 1999.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Texto para discussão, n. 800. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 29p.

BARROS, Ricardo Paes de; CORSEUIL, Carlos Henrique; LEITE, Phillippe G. Mercado de trabalho e pobreza no Brasil. In: Ricardo Henriques (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 177-229.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

CACCIAMALI, Maria C.; CAMILLO, Vladimir S. Redução da desigualdade da distribuição de renda entre 2001 e 2004 nas macrorregiões brasileiras: tendência ou fenômeno transitório? **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 287-315, ago. 2009.

CAMPELLO, Tereza; SCHWARZER, Helmut. Bolsa Família e desenvolvimento com equilíbrio e inclusão social. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/artigos/bolsa-familia-e-desenvolvimento-com-equilibrio-e-inclusao-social>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

CASTRO NETO, Armando A. A Recente Queda da Desigualdade de Renda na Bahia: Uma Decomposição do Coeficiente de Gini para o Período 2001-2006. **Revista Desenhavia**, n. 11, p. 131-150, set. 2009.

FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da. A linha de extrema pobreza e o público-alvo do Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da (Org.). **O Brasil sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014. p. 67-94.

HOFFMANN, Rodolfo. Transferência de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004, **Revista Econômica**, v.8, n.1, p.55-81, 2006.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD de 2013)**, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default.shtm>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

IPEA. **Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil**. Brasília: Ipea, 2006. 61 p. Nota Técnica.

IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79 -112, 2006.

NERI, Marcelo. Políticas estruturais de combate à pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 503-26.

NERI, Marcelo. Desigualdade, Estabilidade e Bem-Estar Social. EPGE/FGV, **Ensaios Econômicos**, n. 637, 2006. 39 p.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: o que há de novo no limiar do século XXI? 2000a. 21p.

NERI, Marcelo. Estimção de Linhas de Indigência e de Pobreza: Opções Metodológicas no Brasil. In: Ricardo Henriques (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000b. p. 109-27.

NERI, Marcelo. Pobreza no Nordeste: A década de 1990 vista de perto. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 34, n. 1, p. 7-41, jan./mar. 2003.

NERI, Marcelo. Pobreza e Indigência no Brasil – algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. **Nova Economia**, v. 16, n. 2, p. 265-99, maio/ago. 2006.

NERI, Marcelo. O programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. **Economia e Sociedade**, v. 20, n.1 (41), p. 113-139, abr. 2011.

SILVA, Maria O. S. Os Programas de Transferência de Renda enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza no Brasil: o Programa Bolsa família. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS; CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIA SOCIAIS, 9., 2006, Luanda, Angola. **Anais...** Luanda, Angola, 2006.

SILVA, Maria O. S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 1429-39, 2007.

SILVA, Cristiane F. da; SOUSA JUNIOR, Airton S. de. Pobreza e Desigualdade no Brasil: Uma Análise da Contradição Capitalista. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA: Sociedade. Crise e Reconfigurações, 7., 2012, Cidade do Porto, Portugal. **Anais...** Cidade do Porto, Portugal, 2012.

SOARES, Sergei S.D. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004**. Texto para discussão, n. 1166. Brasília: IPEA, 2006. 31 p.

SOARES, Fabio V. et al. **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade e a pobreza**. Texto para discussão n. 1228. Brasília: IPEA: 2006. 43 p.